

## COM AMIGOS ASSIM, QUEM PRECISA DE INIMIGOS?'

### Dois neo-realistas reduzem a amizade entre os EUA e Israel ao tráfico de influência

PETER DEMANT

#### RESUMO

Em resposta ao artigo “O Lobby de Israel”, sustenta-se que a proximidade entre os EUA e Israel é cultivada pelo Lobby e não por ele criada. Defende-se também que as conclusões de Mearsheimer e Walt são baseadas em pesquisa descuidada, deturpações e lógica falsa, mas que ainda assim a tese central é digna de debate.

**PALAVRAS-CHAVE:** “*O Lobby de Israel*”; *Palestina*; *Oriente Médio*; *relações internacionais*.

#### SUMMARY

In response to the article “The Israel Lobby”, this essay states that proximity between USA and Israel is cultivated by the Lobby, not created by it. It is also argued that Mearsheimer and Walt’s conclusions are based on poor research, debasement and false logics, but that its main argument deserves serious debate.

**KEYWORDS:** “*The Israel Lobby*”; *Palestine*; *Middle East*; *international relations*.

[1] Este artigo foi escrito por encomenda de *Novos Estudos*. Tradução do inglês de Eliane M. Rosenberg Colorni.

[2] “O interesse nacional americano deveria ser o primeiro objetivo da política externa norte-americana. Nas últimas décadas, porém, e em particular desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967, a peça central da política americana para o Oriente Médio tem sido a sua relação com Israel. A combinação do constante apoio a Israel e o esforço associado para difundir na região a democracia tem inflamado a opinião árabe e muçulmana e posto em perigo a segurança dos EUA.” Mearsheimer e Walt, p. 1. (As indicações de página em nota de rodapé referem-se à versão

O artigo de Mearsheimer e Walt, que analisa a “gravata” aplicada pelo Lobby de Israel à política externa dos EUA, despertou na academia norte-americana uma tempestade que não se via desde que Samuel Huntington publicou “O choque das civilizações”, no *Foreign Affairs*, em 1993. A tese dos autores é que a política externa americana está alinhada em excesso, e desnecessariamente, com Israel, e que tal “relação especial” causa problemas evitáveis para o interesse nacional dos EUA nas suas relações com o mundo árabe-muçulmano e na luta contra o terrorismo.<sup>2</sup> Segundo eles, esse alinhamento não decorre da importância estratégica de Israel para os EUA, nem de qualquer justificativa moral, mas das pressões e manipulações de um lobby pró-Israel extremamente poderoso, multifário e centrado na comunidade judaica organizada.<sup>3</sup> Exatamente como os autores

previam, suas afirmações provocaram tumulto entre intelectuais pró-israelenses; os autores foram acusados de anti-semitismo (eles sustentam que isso é uma tática padrão do Lobby). O que eles talvez não tenham previsto é o uso de seu texto, nos EUA e afora, para fortalecer argumentos de forças anti-israelenses, anti-sionistas e anti-semitas da extrema esquerda e da direita e no mundo muçulmano. As análises, refutações e apologias à tese de Mearsheimer e Walt já seriam suficientes para preencher vários livros. Não compartilho as conclusões dos autores, baseadas em pesquisa descuidada, deturpações e lógica falsa, mas isso não torna a tese central totalmente inválida, insignificante ou indigna de debate sério.

John Mearsheimer, da Universidade de Chicago, e Stephen Walt, da John F. Kennedy School of Government, de Harvard, são especialistas conhecidos e respeitados em relações internacionais. Ambos integram a escola “linha-dura” neo-realista, que enfatiza Estados, poder militar e a inelutabilidade das políticas de equilíbrio de poder, além de expressar ceticismo quanto à relevância de atores não-estatais e ao potencial da cooperação internacional. Mearsheimer atacou em publicações anteriores o otimismo pós-Guerra Fria, avisando que novos conflitos entre grandes potências seriam inevitáveis. Tanto ele quanto Walt foram contra a guerra do Iraque, argumentando que Saddam Hussein não constituía perigo e poderia ser contido por sanções e outros meios não-militares. Seu artigo “O Lobby de Israel” foi originalmente encomendado pelo *Atlantic Review*; por motivos não-divulgados, foi duas vezes recusado. Meio ano depois, saiu na *London Review of Books*, publicação mais à esquerda. Simultaneamente, uma versão mais extensa (e bem mais radical), com copiosas notas de rodapé, foi incluída no site de Harvard; posteriormente, Harvard retirou seu logotipo da página em que estava o artigo.

Será que as relações entre EUA e Israel são tão próximas e tão sintonizadas com os interesses israelenses quanto Mearsheimer e Walt afirmam? Quanto a essa primeira questão factual, eles estão bem fundamentados e não acrescentam nada de efetivamente novo. Desde 1967, o vínculo dos EUA com Israel é forte e vem se fortalecendo. Desde os anos 1980, é uma quase-aliança informal e nos últimos anos eles têm sido os parceiros mais fiéis.

Os EUA fornecem o principal apoio diplomático e militar a Israel, ambos estão do mesmo lado na “guerra contra o terror”, além de partilhar sólidos laços econômicos, culturais, acadêmicos e humanos. A situação privilegiada de Israel na política externa dos EUA não está em dúvida. Recebendo perto de US\$ 3 bilhões por ano, Israel é o destinatário da maior ajuda estrangeira oferecida pelos EUA, apesar de seu tamanho e população minúsculos (21.000 km<sup>2</sup>, 6 milhões de habitantes, PIB de US\$ 154 bilhões). Nos primeiros anos do Estado, a ajuda

extensa do artigo, disponível em [http://ksnotes1.harvard.edu/-Research/wpaper.nsf/rwp/RWPO6-011/\\$File/rwp\\_06\\_011\\_walt.pdf](http://ksnotes1.harvard.edu/-Research/wpaper.nsf/rwp/RWPO6-011/$File/rwp_06_011_walt.pdf). Já as citações acompanhadas de indicação de página no corpo do texto remetem à versão publicada nesta edição de *Novos Estudos*.

[3] *Op. cit.*, p. 14.

[4] US\$ 2.3 bilhões dos menos de US\$ 2.6 bilhões que Israel recebeu em 2005; a parcela não-militar está sendo reduzida desde 1998 e em dois anos deve zerar. Dennis Ross, in: "The Israel Lobby: Does it Have Too Much Influence on US Foreign Policy?", debate promovido pela *London Review of Books*, 10 de outubro de 2006. Ver <http://www.scribemedialobby.org/2006/10/10/transcript-israel-lobby/>.

estrangeira, na ocasião indenizações alemãs e filantropia judaica ao invés de ajuda bilateral americana, foi fundamental para sua sobrevivência. Mas há muito tempo Israel deixou o grupo de países pobres, e a porcentagem de contribuições estrangeiras em relação ao PIB tem caído continuamente. Porém, Mearsheimer e Walt omitem o fato de que a maior parte desse dinheiro de contribuintes norte-americanos vai para gastos militares e não para melhorar o padrão de vida dos israelenses.<sup>4</sup> Provavelmente, essa verba continua vital para a capacidade defensiva de Israel. Mearsheimer e Walt também estão errados ao afirmar que a ajuda dos EUA é usada para construir assentamentos nos territórios palestinos: pelo contrário, Israel tem evitado usar o dinheiro americano para a expansão da colonização; mesmo assim, os EUA por vezes retiveram parte do dinheiro (cortando garantias de empréstimo) em protesto contra a política de colonização de Israel. É, portanto, incorreto sugerir que Israel não tenha de prestar contas sobre o gasto do dinheiro americano, ainda que a ajuda dos EUA libere outros recursos financeiros que Israel pode usar para políticas com as quais os EUA não necessariamente concordam. (Essa lógica subjaz aos apelos para redução dos repasses vindos de grupos pró-palestinos, por exemplo nas igrejas anglicanas e universidades).

Também não há dúvida sobre a extensão da cooperação militar, diplomática e de inteligência. Basta lembrar a consulta de Israel aos EUA antes da Guerra de 1967 e 1982, o apoio dos EUA em emergências como a Guerra de Outubro de 1973 e a Guerra do Golfo em 1991, ou a longa lista de vetos que o EUA lançaram no Conselho de Segurança da ONU para evitar resoluções críticas a Israel.

Mas isso não prova que não existam importantes diferenças de opinião. Por exemplo, os governos americanos antes de George W. Bush insistiram que Israel se retirasse da vasta maioria dos territórios conquistados na Guerra dos Seis Dias de 1967 em troca do reconhecimento pelos vizinhos. Israel discordou. Só a pressão combinada dos EUA, de fora, com o movimento de paz israelense, de dentro, superou a resistência de Menachem Begin, de forma que a paz com o Egito pôde ser alcançada em troca da retirada israelense do Sinai. Contudo, do ponto de vista ideológico, o Sinai era o território *menos* importante para sionistas religiosos de direita. De 1977 até o início dos anos 1990, governos israelenses de direita rejeitaram *qualquer* retirada adicional; e os EUA não a impuseram. Em conseqüência, a mediação norte-americana no conflito árabe-israelense, criticada por Mearsheimer e Walt, teve seus maiores sucessos quando a esquerda estava no poder, sob Yitzhak Rabin (1992-1995) e Ehud Barak (1999-2001). Também é verdade que os EUA não questionam as armas nucleares não-declaradas que Israel desenvolveu nos anos 1960 com apoio francês, *antes* da aproximação com os EUA, porque entendem que a existência de Israel

é ameaçada por seus vizinhos. A “relação especial” existe; ela é invocada regularmente tanto pelos EUA quanto por Israel e seus resultados são concretos e inegáveis. A questão é saber se esse relacionamento é tão pernicioso quanto os autores afirmam — e se de fato é o efeito de um lobby.

Meus comentários tratarão das duas suposições de Mearsheimer e Walt. Será que essa relação realmente não é baseada nem em interesse estratégico nem em considerações morais? Nesse caso, pode realmente ser atribuída às maquinações do “Lobby de Israel”?

### **ESTRATÉGIA, ÉTICA OU NENHUMA DAS DUAS?**

Mearsheimer e Walt afirmam que há uma onda de sentimento antiamericano no mundo árabe, causado em parte pelo apoio dos EUA ao tratamento que Israel dá aos Palestinos e à sua “recusa a conceder aos palestinos um Estado próprio viável” (p.48). Que o antiamericanismo vem crescendo e a ordem mundial, ainda liderada pelo ocidente, com valores originários do ocidente, vem sendo contestada com veemência, já era sabido. Na realidade, porém, a rejeição à hegemonia americana não é exclusiva do Oriente Médio muçulmano, embora encontre ali sua expressão mais virulenta: cresce na Europa Ocidental, na América Latina e também entre aliados dos EUA, tais como Índia, Japão e a Coreia do Sul. Não está ausente em Israel e entre muitos norte-americanos. Mesmo uma pesquisa superficial no Oriente Médio e entre os árabes e muçulmanos ao redor do mundo não deixa dúvida de que os EUA são percebidos como o protetor principal da opressão israelense aos direitos palestinos.

Mas a essas percepções falta precisão analítica: às vezes Israel é visto como um prolongamento do imperialismo americano, em outras os EUA são vistos como manipulados por uma sinistra conspiração sionista (o artigo de Mearsheimer e Walt tende para esta última). Será que essa percepção prova a “culpa” dos EUA? Israel certamente não é a única causa do antiamericanismo no mundo islâmico. Mearsheimer e Walt argumentam que “os Estados Unidos têm um problema terrorista em boa parte porque estão tão intimamente aliados a Israel, e não o contrário”.(p.46) Isso é falso: como analisei em outras publicações,<sup>5</sup> o terrorismo islamista contra objetivos ocidentais resulta de um processo muito mais antigo e amplo de rejeição à influência e poder ocidentais no mundo muçulmano (conseqüência do crescente desenvolvimento das capacidade ocidental para a industrialização e modernização política, associada à simultânea decadência dos impérios muçulmanos); do fracasso em aplicar os modelos ocidentais de modernidade nacionalista, liberal ou socialista para democratizar e desenvolver o mundo árabe e recuperar seu poder e dignidade; e, final-

[5] Peter Demant, *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2005. Versão atualizada: *Islam vs. Islamis: The dilemma of the Muslim world*. Westport, CT and London: Praeger, 2006.

mente, do aparecimento de um contra-modelo fundamentalista, anti-moderno, antidemocrático e antiocidental: o islamismo. Tudo isso tem pouco a ver com Israel. Osama bin Laden radicalizou o pensamento islamista transferindo a violência que estes antes usavam contra oponentes locais (ditadores “hereges” como Sadat, mulheres, cristãos, minorias sexuais e outros) para a sua “causa original”: os muçulmanos, concluiu, têm de atacar o poder do ocidente em sua própria casa. A formação de Bin Laden foi no wahabismo saudita, no jihadismo egípcio e na luta anti-soviética no Afeganistão.

Embora a Al-Qaeda, como muitos islamistas, seja um grupo anti-semita, a Palestina ocupa um lugar secundário ou terciário em suas prioridades. Seu antiamericanismo decorre em primeiro lugar da “ocupação americana” na Arábia Saudita.<sup>6</sup> É inegável a preocupação de Osama com o destino de Jerusalém, terceira cidade mais santa do islã e desde 1967 sob controle israelense. Mas podem os ataques inspirados na Al-Qaeda em Madri, Casablanca, Bali e Bagdá; as matanças terroristas de origem islamista na Rússia, Nigéria, e Índia; os novos ataques planejados contra aviões americanos e o intencionado massacre de 10 milhões de cidadãos americanos ter como motivação o apoio dos EUA a Sharon e Olmert? Ou será que o surpreendente êxito econômico, cultural e militar de Israel torna o minúsculo Estado judeu um objeto tão visível e conveniente de ódio que nacionalistas árabes e fundamentalistas muçulmanos frustrados o teriam inventado se não existisse?

O ódio desproporcional projetado sobre Israel e sua bem conhecida conexão com Tio Sam parece tornar plausível a afirmação de Mearsheimer e Walt, segundo a qual Israel, em vez de recurso estratégico, tornou-se um risco estratégico. Nos anos 1950 e 1960, Israel era um (talvez demasiadamente valorizado) “agente policial” regional do ocidente contra clientes pró-soviéticos no Oriente Médio, como Nasser, no Egito; porém, a França e a Inglaterra se beneficiaram disso mais do que os EUA. Uma aproximação estratégica clara com os EUA só aconteceu depois de 1967, quando Israel provou seu vigor e “valor” ao derrotar sozinho três exércitos árabes. Nos anos 1970 e 1980, Israel era uma útil estação de escuta contra movimentos soviéticos; o departamento de golpes baixos também poderia confiar-lhe operações secretas, particularmente na África — um pouco como o papel que Cuba teve para a URSS no mesmo período. Porém, a utilidade de Israel declinou abruptamente com o fim da Guerra Fria. Desde então, o seu contínuo conflito com os palestinos e a publicidade negativa daí decorrente transformou Israel num fardo.

Essa avaliação não ficou incontestada. De uma perspectiva não menos “realista” do que Mearsheimer e Walt, o pesquisador pró-israelense Martin Kramer defende o interessante contra-argumento de que “os Estados Unidos traduziram seu (...) total e incondicional (...) apoio a

[6] cf. “World Islamic Front for Jihad Against Jews and Crusaders: Initial ‘Fatwa’ Statement,” assinado por Osama bin Laden e publicado no jornal árabe *al-Quds al-‘Arabi* (Londres), 23 de fevereiro de 1998, p. 3. Tradução em <http://www.ict.org.il/articles/fatwah.htm>. Cf. Peter Bergen, “What were the causes of 9/11”. In: *Prospect Magazine* 126, September 2006 [http://www.prospect-magazine.co.uk/article\\_details.php?id=7717](http://www.prospect-magazine.co.uk/article_details.php?id=7717)

Israel em concessões israelenses que são o fundamento da Pax Americana no Levante”.<sup>7</sup> Ele considera que, sendo os EUA considerados a única potência que pode fazer Israel renunciar aos territórios, a ocupação de terras árabes por Israel criou uma rede de novos clientes que precisavam da mediação dos EUA para reaver seu território.<sup>8</sup> Assim, a ocupação e a ligação de Israel com o EUA, ao invés de prejudicar, *criou* poder para os EUA no Oriente Médio. Além disso, Israel é um estado-cliente especialmente confiável porque a inimizade árabe leva todos os setores de sua população a uma posição pró-ocidental. Onde tais clientes estão ausentes ou instáveis, como o xá do Irã ou Saddam no Iraque, os EUA se vêem obrigados a intervir, alimentando o antiamericanismo e o terrorismo. Portanto, sugere Kramer, quando se tem um Israel leal no papel de “valentão mais forte do pedaço”, não há por que se preocupar. Contudo, esta lógica perde força por duas considerações.

Primeiro, o preço de manter um amigo tão impopular como Israel se torna rapidamente mais alto do que as vantagens. Hamas e Hizbolah, originalmente apenas antiisraelenses, tornaram-se dores de cabeça norte-americanas de dimensões globais. No mundo árabe, o apoio dos EUA a Israel tem um alto custo; e dada a impopularidade global de Israel, nem traz ganhos alhures. Segundo, a lógica de canalizar as retiradas israelenses pela mediação dos EUA é autodestruidora.

Se a tese de Kramer fosse verdade, os governantes americanos não estariam com pressa de viabilizar a paz entre árabes e israelenses, paz que tornaria os futuros parceiros independentes dos EUA. Mas tal comportamento egoísta e calculista é o oposto do envolvimento pessoal quase obsessivo com a paz entre Israel e árabes de presidentes como Carter e Clinton, além de uma tropa de políticos e funcionários americanos de segundo escalão.

Israel, então, tem *algum* valor estratégico para os EUA, mas nem tanto quanto proclamado por seus defensores nem tão desprezível quanto dizem Mearsheimer e Walt. No final das contas, o custo de apoiar Israel pode exceder os ganhos. Porém, a verdade paradoxal é que quanto menos importante Israel se tornou como peão geopolítico para os EUA, mais fortes se tornaram seus laços e a preocupação dos EUA com sua segurança. Isso não pode ser explicado por cálculo estratégico.

### **CAPITAL MORAL DECLINANTE**

Depois de ter desmantelado, não sem êxito, o valor estratégico de Israel para os EUA, Mearsheimer e Walt tentam, em uma das seções mais feias do artigo, destruir as reivindicações morais de Israel pela empatia americana que, como eles adivinham corretamente, é o que realmente determina a relação. “[Aqueles que apóiam Israel]... também argumentam que ele merece um apoio irrestrito porque é fraco e está

[7] Martin Kramer, “Stephen Walt’s World”. *Sandstorm*. 17 de março de 2006. <http://www.martinkramer.org/index.html>.

[8] Como observou sarcasticamente o ex-Ministro do Exterior israelense Shlomo Ben-Ami, os palestinos não esperam que os EUA façam a mediação, mas que entreguem Israel: “The complex truth”. In: *Foreign Policy*, julho-agosto de 2006, pp. 62-63.

cercado por inimigos; é uma democracia; o povo judeu foi vítima de crimes no passado e portanto merece tratamento especial; e a conduta de Israel tem sido moralmente superior à de seus adversários”. (p.47) Novamente, trata-se de percepções subjetivas, não de fatos históricos. Pois é a aceitação subjetiva dessas afirmações pelo público e pelas autoridades norte-americanas que explica por que, como critica o articulista anti-israelense Tony Judt, “o poder imperial e a reputação internacional dos Estados Unidos estão tão estreitamente alinhados com um pequeno e controverso Estado-cliente mediterrâneo.”<sup>9</sup>

[9] Tony Judt, “A lobby, not a conspiracy”. *New York Times*, 19 de abril de 2006. <http://travel2.nytimes.com/2006/04/19/opinion/19judt.html>.

Mearsheimer e Walt enfatizam o sucesso com que o Lobby apóia Israel, atuando como um censor que policia o pensamento dos EUA nesses assuntos. Na verdade, a título de argumentação, eles não precisariam lidar com a *essência* desses argumentos. Teria sido suficiente mostrar que a maioria dos americanos *acredita* neles. Eles optaram por fazê-lo, talvez para melhor preparar o leitor (que ainda poderia ter alguma compaixão pelo Estado judeu) para absorver sua conclusão: “Analisados em detalhe, nenhum desses argumentos é convincente. (p.47)(...) Israel pode não ter agido pior do que outros países, mas certamente não agiu melhor”.<sup>10</sup> São muitas as alegações que precisariam de réplica mais extensa, mas alguns pontos não podem ficar sem resposta.

[10] p. 14.

Antes de mais nada, Mearsheimer e Walt afirmam que em suas sucessivas guerras Israel era muito mais forte do que é geralmente aceito. Trata-se de uma meia verdade. O fato de Israel ter ganhado a guerra de 1948 não prova que não fosse desamparado; na realidade, armas externas foram fundamentais à sobrevivência do nascente Estado judeu, e difíceis de conseguir. Se a imagem “Davi contra Goliath” da propaganda sionista exagerou na desigualdade das forças e recursos, proclamar o lado árabe como um novo Davi não é menos absurdo. Ainda que mal treinados e dirigidos, os exércitos árabes tiveram à disposição uma quantidade muito maior de equipamento; o número de soldados nas batalhas era aproximadamente igual, mas o lado árabe tinha amplas reservas (não usadas); os judeus não. As discrepâncias quantitativas não foram menos marcantes nas guerras de 1967 e 1973. Mearsheimer e Walt declaram: “Se apoiar o lado mais fraco fosse um motivo obrigatório, os Estados Unidos estariam apoiando os adversários de Israel” (p. 48). Essa perspectiva, porém, negligencia um fator moral essencial: a liderança sionista aceitou (ainda que com o coração pesado) o plano de partilha da ONU, enquanto o lado árabe rejeitou qualquer acordo e declarou uma guerra de extermínio, repetindo a tentativa de 1967. A diferença no campo de batalha foi a ineficácia da liderança árabe associada a um moral israelense mais elevado, inclusive porque os israelenses sabiam não estar lutando pela vitória ou pela honra, mas pela sobrevivência coletiva.

Ora, a vitória do fraco sobre o forte não prova *a posteriori* que o fraco era tão forte que nem precisou ou precisa de ajuda externa.

Mearsheimer e Walt também pensam que “ser democrático não justifica nem explica o apoio de Israel pela América”,<sup>11</sup> uma vez que os EUA, como citam com aprovação, apoiaram muitas ditaduras (e, podemos acrescentar, ajudaram a minar vários governos eleitos...). Isso mostra claramente a postura amoral dos autores — assim como também a da política externa dos EUA durante a Guerra Fria, quando, *grosso modo*, seguiam preceitos realistas. Desde os anos 1990 e mais enfaticamente após o 11 de setembro, porém, os objetivos da política externa americana sofreram uma mudança dramática. Ao não mais se prostrar diante de ditadores amigáveis para equilibrar adversários comunistas, os EUA visam fortalecer sua segurança facilitando — em sua forma mais radical e neoconservadora — a democracia no exterior para cortar as raízes do terrorismo. O comportamento amoral no passado não pode ser usado como modelo para decisões políticas futuras. É possível que uma derrota no Iraque possa defensivamente trazer de volta políticas de poder amorais. Isso também seria uma derrota para a moralidade.

Mearsheimer e Walt compilaram um catálogo de más intenções e maus comportamentos sionistas e israelenses para minar a justificativa de que Israel merece consideração especial. Algumas de suas acusações são bastante verdadeiras (a maioria vem de fontes de dentro de Israel, onde a discussão de tais assuntos é rotineira, embora poucas vezes, infelizmente, conclusiva). Israel está longe de ser uma democracia perfeita; isso é particularmente verdadeiro em relação ao tratamento da minoria árabe, onde a igualdade civil pró-forma é prejudicada pela discriminação social informal (o que reflete a tensão entre a dupla identidade de Israel, democracia e Estado judeu); e até mais em relação aos palestinos da Cisjordânia e Gaza, uma população civil sob ocupação por vezes molestada desnecessariamente e que freqüentemente ficou entre o martelo de atos terroristas cometidos por sua própria resistência e a bigorna da reação com mão de ferro de Israel: castigos coletivos. Porém, Mearsheimer e Walt estão completamente errados ao afirmar que só judeus podem ser cidadãos israelenses: 20% são não-judeus. Eles fazem afirmações tendenciosas e falsas como:

*a liderança sionista não estava interessada em estabelecer um estado binacional ou em aceitar a partilha permanente da Palestina. A liderança às vezes estava preparada para aceitar a partilha como um primeiro passo, mas isso era uma manobra tática e não seu verdadeiro objetivo.*<sup>12</sup>

Isso é falso. O binacionalismo nunca foi uma plataforma majoritária entre os partidos sionistas pré-Estado, mas teve importante apoio

[11] *Op. cit.*, p. 9.

[12] p. 10

[13] Aharon Cohen, *Israel and the Arab world*. Boston: Beacon, 1976. Walter Laqueur, *A history of Zionism*. New York: Schocken, 1976, pp. 266-267.

na esquerda sionista. O que tornou o binacionalismo (reavivado em nossos dias por palestinos radicais) um plano natimorto foi sua absoluta rejeição pelos árabes.<sup>13</sup> Os autores repetem o que é essencialmente uma visão de soma zero da disputa pré-1948 pela Palestina, um assunto importante, mas intrinsecamente insolúvel. Sendo não-determinista, minhas conclusões *a posteriori* são ligeiramente menos pessimistas. Se o conflito era mesmo totalmente insolúvel sem e antes do estabelecimento de um Estado judeu independente, então isso *fortalece* a justificativa sionista de que o direito à sobrevivência dos judeus, existencialmente ameaçados na Europa dos anos 1930, prevalecia sobre os intrínsecos direitos territoriais dos árabes na Palestina. O líder da direita sionista Vladimir Jabotinsky comparou isso sarcasticamente a reivindicações contrapondo apetite e fome.

É difícil rejeitar a reclamação de que os palestinos tiveram que pagar o preço por um crime europeu, o Holocausto; é também verdade que muitos palestinos foram expulsos de suas casas em 1948. Porém, a alegação de que a liderança sionista intencionalmente tenha *planejado* uma limpeza étnica não está provada. Benny Morris, um dos “novos historiadores” que Mearsheimer e Walt favoravelmente citam como tendo explodido os mitos sionistas, expõe como a maioria dos refugiados palestinos fugiu por medo ou percepção do perigo de guerra e não por estar na mira de um fuzil (Morris severamente rejeita o artigo de Mearsheimer e Walt, mostrando que eles distorcem os fatos).<sup>14</sup> Mearsheimer e Walt têm razão ao denunciar a persistência de atitudes israelenses favorecendo a “transferência”. Mas eles esquecem de mencionar ponderações e desejos paralelos do lado árabe da colina, desejo de que os “outros” simplesmente desapareçam. Tais atitudes são lamentáveis, mas não o mesmo que planejamento e implementação de fato de limpeza étnica premeditada. Atitudes negativas sobre o outro são tanto causa quanto consequência do conflito e se encontram em todo o mundo. Se uma minoria tem de viver sob o domínio de uma maioria, a democracia israelense, com todos seus defeitos, é ainda preferível ao equivalente regional mais próximo (os curdos na Turquia, ou os bahais ou sunitas no Irã).

Mearsheimer e Walt negligenciam a longa história sionista e israelense de tentativas de acordo e a constante rejeição dos árabes a quase toda proposta de coexistência. Os “novos historiadores” demoliram muitos enfeites propagandísticos, mas alguns fatos básicos não podem ser eliminados. A partilha já tinha sido proposta pela Inglaterra em 1937, aceita pelo movimento sionista, mas rejeitada pelos árabes. Em 1947, a Agência Judaica aceitou a partilha proposta pela ONU, mas os árabes rejeitaram direitos dos judeus a mesmo uma polegada de território. Se o lado árabe tivesse aceitado a partilha, não teria havido o problema dos refugiados palestinos nem 60 anos de conflito

[14] Benny Morris, *The birth of the Palestinian refugee problem, 1947-1949*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. Morris, “And Now For Some Facts”. *The New Republic*, 8 de maio de 2006.

árabe-israelense. Mearsheimer e Walt esquecem também convenientemente que os palestinos eram liderados nos anos 1930 e 1940 por Hajj Amin al-Husseini, admirador e ativo aliado de Hitler. O oponente sionista dele, Ben-Gurion, dizem Mearsheimer e Walt na versão completa do artigo, “viu o problema claramente”, ao escrever em 1941 que “é impossível imaginar o afastamento geral [da população árabe] sem uso de força, e força brutal.”<sup>15</sup> Isso é uma citação deturpada do livro *Righteous victims*, de Benny Morris, onde na realidade ele diz:

*Mas, ele [Ben Gurion] escreveu: “A transferência completa sem coação - e coação cruel na verdade - é dificilmente imaginável.” (...) e [Ben-Gurion] conclui que os judeus não precisavam desencorajar outros, britânicos ou americanos, que favorecem a transferência de defender tal linha, mas nós não deveríamos de nenhuma maneira tornar isto parte de nosso programa.*

Mearsheimer e Walt não mencionam essa conclusão, muito mais cautelosa. (Líderes sionistas tais como Chaim Weizmann e David Ben-Gurion ocasionalmente discutiram a idéia da transferência e se necessário, a expulsão; Morris observa que desde a revolta palestina de 1936-1939, “nenhum líder da linha central [sionista] pôde conceber a coexistência e paz futuras sem uma separação física clara entre os dois povos”). Novamente, especulações e cenários não são decisões políticas.<sup>16</sup> Mearsheimer e Walt também silenciam sobre Munique, 1972, Entebbe, 1976, e outros atos de terrorismo palestino que moldaram nos EUA a identificação pública com Israel. Quando o lado árabe começou finalmente a se mover na direção de um reconhecimento mútuo, nos anos 1980 — mais por fraqueza do que por uma mudança no coração — os israelenses tinham desistido da paz como um sonho utópico; a direita sionista expansionista estava em ascensão.

*A pressão através de violência extremista e o crescimento da população palestina forçou líderes israelenses subseqüentes a liberar alguns dos territórios ocupados e a analisar um acordo territorial, mas nenhum governo israelense estava disposto a oferecer aos palestinos um Estado viável.*<sup>17</sup>

Isso é o oposto do que de fato aconteceu: tentativas de diálogo da esquerda sionista com a OLP nos anos 1980 mudaram a posição das lideranças em Israel; a rejeição árabe manteve-se intransigente por muito tempo e destruiu seu potencial de negociação. Os autores também repetem o mito que “a oferta supostamente generosa do Primeiro-Ministro Ehud Barak em Camp David, em julho de 2000, teria outorgado aos palestinos apenas uma coleção desarmada e desmembrada de ‘Bantustões’, de fato sob controle israelense”.<sup>18</sup> Sem louvar indevidamente o comportamento de Israel, e sem fazer julgamento

[15] p.10.

[16] Morris, *Righteous victims*, pp.168-169, 139. Cf. Dershowitz, *Debunking the Newest — and Oldest — Jewish Conspiracy: a Reply to the Mearsheimer-Walt “Working Paper”* ([http://www.ksg.harvard.edu/research/working\\_papers/dershowitzreply.pdf](http://www.ksg.harvard.edu/research/working_papers/dershowitzreply.pdf)). O texto fornece muitos exemplos de citações errôneas. Não quero exonerar Israel da sua responsabilidade fundamental pelo êxodo palestino de 1948. Mas a preferência sionista era não pela guerra, e sim por uma troca de populações, presumivelmente como o exemplo grego-turco mediado pela Liga das Nações nos anos 1920. A questão é se a separação era ainda evitável, uma vez que o conflito se tonara mais intenso, como nos anos 1930. A sorte dos judeus na Palestina teria sido pior se os árabes tivessem vencido a guerra: Azzam Pasha, o secretário-geral da Liga Árabe previa: “Isso será uma guerra de extermínio, um massacre que será lembrado como os massacres mongóis e as cruzadas.” (citado em Larry Collins e Dominique Lapierre, *O Jerusalem!* New York: Pocket Book, 1973: p.457).

[17] p.11.

[18] *Ibid.*

[19] A idéia dos Bantustões pode ter tido sua origem numa proposta israelense precoce, pré-Camp David, e posteriormente substituída por outras, mais generosas: Mideastweb <http://www.mideastweb.org/lastmaps.htm>. Certos autores desacreditam a noção de que os palestinos nunca fizeram contrapropostas. A impressão geral é de que a paz esteve ao alcance. Documentos relevantes incluem: Hussein Agha, Robert Malley, "Camp David: The Tragedy of Errors". *The New York Review of Books*, 9 de agosto de 2001 (<http://www.nybooks.com/articles/14380>); Benny Morris, "Camp David and After: An Exchange (1. An Interview with Ehud Barak)". *NYR*, 13 de junho de 2002 (<http://www.nybooks.com/articles/15501>); Benny Morris, Ehud Barak, Reply by Hussein Agha, Robert Malley, "Camp David and After—Continued". *NYR*, 27 de junho de 2002. (<http://www.nybooks.com/articles/15540>); o debate entre Benny Morris e Avi Shlaim em *The Guardian* 21/22 de fevereiro de 2002; cf. MEMRI Inquiry 68 "The (Revised) Palestinian Account of Camp David Part I: The Refugee Issue"; the July 2000 Camp David diary of Shlomo Ben-Ami, *Maariv*, 6 de abril de 2002, traduzido em MEMRI (Special Dispatches 207 e 209, 20 de abril de 2001). Aparentemente, Memri retirou esse documento de seu site, mas partes continuam sendo acessíveis em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/source/Peace/benamidiary.html>; Dennis Ross, *The missing peace*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2004. Shlomo Ben Ami, *Scars of war, wounds of peace*. Oxford UP, 2006; Charles Enderlin, *Shattered dreams*. New York: Other Press, 2003; Menachem Klein, *The Jerusalem Problem*. University of Florida Press, 2003.

[20] p.11.

[21] Khalil Shikaki, "Willing to Compromise: Palestinian Public opinion and the Peace Process". *United States Institute of Peace*, Special Report 158 (Janeiro 2006). <http://www.usip.org/pubs/specialreports/sr158.html>.

[22] *Jerusalem Post*, 8 de março de 1998.

definitivo (pois dependemos mais de memórias do que de documentos oficiais), parece-me que esse mito foi enterrado por todas as testemunhas oculares exceto uma: Arafat, responsável por rejeitar todas as ofertas.<sup>19</sup> Tentando provar que "o comportamento de Israel não é moralmente distinguível das ações de seus oponentes",<sup>20</sup> Mearsheimer e Walt podem com justiça citar algumas atrocidades cometidas por forças israelenses (além de muitas burrices cometidas por políticos israelenses). Muitos crimes que não devem ser maquiados foram cometidos por ambos os lados; e o prontuário de Israel está longe de ser imaculado. Mas não deveríamos manchar injustamente um lado só. Insinuar que o prontuário de Israel pode ser comparado àquele do Iraque ou Sudão é como dizer que as violações de direitos humanos sob o governo militar brasileiro foram semelhantes às da junta argentina, ou da Indonésia, que matou meio milhão de comunistas. Os 200 mil palestinos que fugiram da Cisjordânia em 1967 não foram expulsos. Desde 2000, houve realmente cerca de mil vítimas israelenses da nova onda de violência, contra cerca de 3 mil palestinos. Porém, a desproporção é mais um resultado de ineficácia palestina do que da sua intenção. A grande maioria dos mortos israelenses foram vítimas civis de ataques terroristas; a maioria dos palestinos, membros da resistência que os próprios palestinos chamam corretamente de combatentes. Muitos (embora não todos) civis palestinos mortos eram escudos humanos voluntários ou involuntários de outros palestinos.

Por fim, Mearsheimer e Walt negam que o fato de ser vítima do terrorismo desse a Israel o direito à proteção dos EUA, pois na luta pela independência, as forças da direita sionista também usaram métodos terroristas contra britânicos e árabes. Isso é verdade, mas eles omitem que o Irgun e o Stern Gang, que cometeram os atentados, eram apenas uma pequena minoria. A maioria sionista conduzida por Ben-Gurion energicamente os rejeitou e combateu. Por outro lado, a violência contra civis tem sido a marca das principais facções palestinas e continua se beneficiando do apoio de segmentos consideráveis da opinião pública palestina.<sup>21</sup>

De fato, ainda que Mearsheimer e Walt rejeitem o terrorismo palestino, eles observam que "não é surpreendente", pois "os palestinos acreditam que não têm nenhuma outra forma de obrigar Israel a fazer concessões. Como admitiu certa vez [o ex-Primeiro Ministro] Ehud Barak, se tivesse nascido palestino, ele teria ingressado em uma organização terrorista" (p.49). Essa é uma citação fora de contexto (o termo "organização terrorista" é usado no jargão israelense como rótulo para qualquer milícia palestina que tenha alguma vez usado violência; e Barak acrescentou ser contra o terrorismo).<sup>22</sup> Além do mais, "não há outra alternativa" é um argumento usado por terroristas em todo o mundo: por qual motivo deve ser aceito literalmente? Entre

1992 e 2000, concessões israelenses significativas obtidas pelos palestinos, tais como volumosas retiradas territoriais, autogoverno local, patrulhas de segurança e ajuda econômica, deram-se não através de atos terroristas, mas pela negociação. Não há dúvida de que, com a continuação do processo de paz, poderiam ter ganhado muito mais.

Numa sentença ambígua e bastante desumana, Mearsheimer e Walt concluem que “a trágica história do povo judeu não obriga os Estados Unidos a ajudar Israel hoje independentemente do que ele faça.” (p. 49) A sobrevivência de Israel “não está em dúvida”, pontificam, “mesmo se alguns extremistas islâmicos fazem referências revoltantes e irrealistas a ‘varrê-lo do mapa’”.<sup>23</sup> É compreensível que os israelenses sejam mais céticos e prefiram garantias mais confiáveis do que as de amigos como Mearsheimer e Walt. Na verdade, se a existência de Israel está segura, é em grande parte por sua habilidade em mobilizar amigos verdadeiros — exatamente a ação que Mearsheimer e Walt lamentam tanto.

#### O LOBBY

Se o interesse estratégico dos EUA para se alinhar com Israel não parece mais tão urgente, os imperativos morais permanecem fortes. Não considero convincentes os ataques de Mearsheimer e Walt contra esses imperativos. A maioria dos americanos concorda comigo, como comprovam inúmeras pesquisas.<sup>24</sup> Obviamente, o fato de o povo e a elite abraçarem o argumento moral em favor de Israel não significa que não haja um forte e organizado lobby pró-Israel nos EUA. De acordo com Mearsheimer e Walt, a forte identificação que muitos americanos continuam a ter com o Estado judeu é precisamente um problema de “falsa consciência”: o Lobby

*...se esforce para assegurar que o discurso público retrate Israel de forma positiva, repetindo mitos sobre sua fundação e promovendo seu ponto de vista nos debates sobre políticas. O objetivo é evitar que comentários críticos consigam uma audiência imparcial na arena política. Controlar o debate é essencial para garantir o apoio dos Estados Unidos, porque uma discussão franca das relações entre Estados Unidos e Israel poderia levar os americanos a preferir uma política diferente. (p. 52)*

Eles detalham uma rede de grupos e indivíduos ocupados em promover os interesses de Israel, influenciando senadores e congressistas, candidatos democratas e republicanos em tempos de eleição, autoridades no governo, na mídia e na academia. Essas forças emanam, na visão de Mearsheimer e Walt, principalmente de dentro da comunidade judaica. No centro está o poderoso Aipac, sigla em inglês

[23] p. 11.

[24] O apoio a Israel é mais forte nos EUA do que em qualquer país do mundo. Pew Research Center, 19 de julho de 2006, “The U.S. Public’s Pro-Israel History: In Mid-East Conflicts, Americans Consistently Side with Israel” (<http://pewresearch.org/obdeck/?ObDeckID=39>). A pesquisa demonstra que entre 1993 e 2006 o apoio a Israel entre os norte-americanos era mais ou menos estável entre 41 e 48 % (com tendência para crescer), enquanto o apoio para os palestinos flutuava entre 21 e 13 % (com tendência decrescente).

para Comitê Americano-Israelense de Afazeres Públicos. Mearsheimer e Walt não chegam a afirmar que o lobbying étnico seja ilegítimo (“Na maioria, os indivíduos e grupos que o compõem estão fazendo apenas o que outros grupos de interesse especial fazem, só que fazem muito melhor”). Porém, eles falam claramente que seus efeitos são danosos tanto para os interesses dos EUA quanto para os de Israel. É preciso avaliar essas afirmações.

Para começar, o que é exatamente esse Lobby? Não fica claro no artigo de Mearsheimer e Walt quais seus elementos constitutivos e limites. Faz sentido incluir a Aipac e algumas outras organizações especificamente pró-israelenses. Porém, Mearsheimer e Walt parecem incluir *qualquer* americano, judeu ou não, homem de negócios, jornalista ou professor universitário, que já tenha *alguma* vez expressado uma opinião favorável ao Estado de Israel. Inclui pessoas tão diferentes como Douglas Feith, secretário de defesa entre 2001 e 2005, neo-conservador próximo do Likud que firmemente se opôs ao processo de Oslo, e Dennis Ross, um dos arquitetos do processo de paz mediado pelos EUA, que chegou a receber cartas de ódio chamando-o de “self-hating Jew”.<sup>25</sup> Não há dúvida de que a Aipac e organizações correlatas de fato são bastante eficientes na promoção de posições pró-israelenses. Parecem particularmente hábeis em colocar parlamentares americanos sob pressão suficiente para manter o fluxo de dinheiro e armas para Israel. Organizações a favor de Israel conseguem forçar os políticos americanos a não adotar decisões anti-israelenses. Esse Lobby (se os grupos que o constituem forem suficientemente coesos a ponto de constituir um lobby) parece o mais eficiente em seu próprio território: Israel (voltaremos à sua suposta influência em outras questões como o Iraque e Irã) — em particular se e enquanto não enfrentam outros lobbies (por exemplo o dos sauditas) ou outros interesses opostos.

Poderoso, porém, não significa todo-poderoso. Diferentemente da afirmação de Mearsheimer e Walt, sua influência é bastante menos pronunciada sobre o Executivo do que sobre o Legislativo. E a política externa é muito mais moldada pelo Presidente, pelo Pentágono e pelo Ministério do Exterior do que pelo Congresso, particularmente em tempos de crise (e o Oriente Médio está numa crise quase constante).

Há muitos exemplos de casos em que os interesses dos EUA e de Israel divergiam nitidamente, e o Lobby não ajudou Israel. Não é preciso voltar até 1957, quando Eisenhower forçou Israel a sair do Sinai — época em que a Aipac ainda não existia. Por suas próprias razões geopolíticas, Nixon impôs um fim à Guerra de Outubro de 1973, quando Israel estava a ponto de vencer. Os acordos de separação de forças subsequentes, mediados pelo secretário de Estado Henry Kissinger, também estavam longe de ser unilateralmente favoráveis a Israel, ainda

[25] Avi Shlaim, “The lost steps”. *The Nation*, 12 de agosto de 2004. Obviamente, Ross e outros funcionários americanos identificados como judeus são vistos, pelos negociadores e mídia árabes, como pró-israelenses em excesso. Contudo, tais suspeitas não provam a “onipresença” de qualquer lobby pró-Israel ou judeu.

que abrissem caminho para a paz com o Egito. No contexto do acordo de Sinai II, em 1975, os EUA prometeram não falar com a OLP, mas, em 1989, o presidente Reagan estabeleceu diálogo com a organização à revelia de Israel. Em 1977, o Lobby de Israel não impediu Carter de pressionar Begin. Em 1981, Israel se opôs à venda de aviões de espionagem avançada para a Arábia Saudita, mas os Sauditas os obtiveram mesmo assim. Nos final dos anos 1980, as políticas de assentamento israelenses geraram grave tensão com os EUA: com lobby ou sem lobby, o governo de George H. Bush impôs sanções financeiras a Israel. Na guerra de 1991, o Iraque bombardeou Israel: a pressão americana impediu Israel de retaliar. Depois de derrotar Saddam, o secretário de Estado americano, Jim Baker, iniciou o primeiro encontro direto entre Israel e estados Árabes. Israel teria que sentar à mesma mesa e trocar apertos de mão com uma delegação palestino-jordaniana: Yitzhak Shamir, um expansionista radical do Likud, se opôs ativamente. Ele teve de ser arrastado à Conferência de Madri, mas acabou indo. Todos esses fatos não se ajustam à tese de Mearsheimer e Walt.

É verdade que desde 1992, nos governos Clinton e Bush II, o atrito entre EUA e Israel tem sido menor. Mas isso decorre mais da concepção de paz compartilhada por Rabin, Barak e os “clintonianos” do que de manipulações do Lobby. Mearsheimer e Walt afirmam que funcionários do governo americano como Dennis Ross, Martin Indyk e Aaron Miller, centrais na mediação de paz sob Clinton, integram o Lobby de Israel. Na realidade, eles estavam mais próximos do Peace Now do que da Aipac, assim como Clinton, sua secretária de Estado, Madeleine Albright, Shimon Peres e Rabin. A Aipac não permaneceu passiva: tentou ativamente prejudicar os esforços de paz de Rabin! Pois embora no papel a Aipac represente um amplo espectro de organizações judaicas americanas, na realidade ela é controlada por um punhado de “coronéis” da extrema-direita, como Michael Massing documentou em um artigo muito útil.<sup>26</sup> Mais próximo ao líder do Likud anexionista Binyamin Netanyahu do que dos trabalhistas, o Lobby de Israel se opôs ao Processo de Oslo, à retirada israelense de territórios palestinos e à idéia da partilha da terra entre judeus e árabes, que é a base do sionismo trabalhista e sem a qual a paz não passa de um castelo no ar. Rabin tentou isolar a Aipac; mas ela respondeu com moções no Congresso que exigiam a transferência da embaixada dos EUA em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém. Devido às reivindicações mutuamente excludentes e não resolvidas sobre Jerusalém, tal mudança teria destituído os EUA do papel de mediador. Rabin entendeu e se opôs à idéia. Apesar da pressão do Lobby, Clinton fez o mesmo, vetando o plano, e assim vem fazendo Bush II depois dele.<sup>27</sup> Em outras palavras, não só o Lobby não reflete as atitudes mais conciliatórias da maioria dos judeus americanos: às vezes fica frontalmente

[26] Michael Massing, “The storm over the Israel Lobby”. *New York Review of Books*, 8 de julho de 2006.

[27] As posições americana e israelense nem sempre coincidiram. Na fracassada cúpula de Camp David de julho de 2000, Clinton quis oferecer aos palestinos a soberania sobre o Haram al-Sharif/Monte do Templo, ao que Barak se opôs. Finalmente, Israel cedeu, mas Arafat recusou mesmo assim.

às turras com Israel. Depois que Netanyahu assumiu o poder, em 1996, houve novamente um ajuste quase total entre as posições de Israel e do Lobby. Sob a pressão do time de Clinton, Netanyahu se viu obrigado a comparecer à Conferência de Wye River com os palestinos com quem jurara, poucos meses antes, não negociar. Como Shamir antes dele, reclamou, mas foi. O Lobby foi mais uma vez ineficaz.

Mearsheimer e Walt ignoram esses matizes. Sua análise do Lobby é imprecisa. Exceto algumas táticas famosas, como campanhas por carta, distribuição de contribuições arrecadadas por políticos “leais” ou ainda insinuações com base no que dizem certos senadores, não ouvimos como o Lobby de Israel funciona exatamente: Mearsheimer e Walt só apontam os supostos resultados. Para um texto que promete lidar com o Lobby de Israel, é surpreendentemente vago. (Não por acaso, os autores ignoram as pesquisas mais sólidas).<sup>28</sup> Também é amplamente a-histórico, sem qualquer análise sobre quando começou, como se desenvolveu, etc. Suas afirmações taxativas, embora sustentadas por centenas de fontes secundárias rotuladas pelos autores, um tanto ingenuamente, de “insuspeitas”, não se baseiam em qualquer pesquisa primária (por exemplo, entrevistas com ex-lobistas, políticos, etc.) mas em fontes secundárias e nem sempre fidedignas. Pintam um quadro monolítico e bastante sinistro desse “agente *de facto* para um governo estrangeiro” aplicando uma “gravata” no Congresso dos EUA.<sup>29</sup> Alguns líderes da Aipac se gabam da própria atuação, pois têm interesse em maximizá-las, até pela competição com outras organizações judaicas.<sup>30</sup> A isso Mearsheimer e Walt chamam “evidência”. Seus exemplos e fontes são fracos e a conclusão é bastante exagerada.

O que dizer do caráter judeu do Lobby de Israel? Claramente não há nada de excepcional ou impróprio no ato de agir em favor de seu povo ou país de origem. Nos EUA, o lobby é uma indústria, que funciona sob o princípio de que um interesse urgente para um pequeno grupo (indústria, igreja, diáspora ou qualquer grupo político, local, ambiental ou identitário) muitas vezes deixa a maioria indiferente. Divulgar esses interesses em troca de uma compensação pode fazer sentido, o custo político é baixo e a tarefa do lobby é suavizar a transação. A menos que outro grupo de interesse expresse demandas contrárias... Os EUA têm uma gama extensa de lobbies étnicos com prioridades na política externa, mais do que alhures, porque são por excelência uma sociedade de imigrantes e refugiados. Americanos irlandeses influenciam a política dos EUA na Irlanda, taiwaneses fazem sentir seu peso no caso da China, exilados cubanos mantêm o embargo a Fidel, refugiados iraquianos pressionam para desalojar Saddam, exilados iranianos fazem intrigas contra os aiatolás. (O fenômeno não se restringe aos EUA; a recente legislação francesa, criminalizando a negação do genocídio armênio, tem algo a ver com a presença

[28] Mitchell Bard, “The Israeli and Arab lobbies”: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/US-Israel/lobby.html>; Michael Massing, “Deal breakers”. *The American Prospect*, 3 de novembro de 2002: <http://www.prospect.org/web/page.wv?section=root&name=ViewPrint&articleId=6166>.

[29] Numa resenha importante em *Salon*, Michelle Goldberg observa que Mearsheimer e Walt ... “juntam grupos meramente simpáticos a Israel com outros que ativamente apóiam as políticas de linha dura do Likud.... a discussão sobre o dinheiro judeu como uma força monolítica é tão feia quanto enganadora.” Ver [http://www.salon.com/news/feature/2006/04/18/lobby/index\\_np.html](http://www.salon.com/news/feature/2006/04/18/lobby/index_np.html)

[30] Asad AbuKhalil, <http://angryarab.blogspot.com/2006/03/note-of-dissent-on-israel-lobby-piece.html>; cf. Michael Kinsley, “You never know where you’re going to find anti-Semitic propaganda”. *Slate*, 12 de março de 2003.

na França de 1,5 milhão armênios). É surpreendente que muitos judeus norte-americanos sejam ativos em favor de Israel?

Os judeus constituem menos de 2% dos americanos, mas têm uma tradição de expressividade e engajamento políticos e estão concentrados em cidades e profissões politicamente sensíveis. Também marcam forte presença na academia, na mídia, na indústria de entretenimento e em muito mais. A maioria se importa com Israel, o que torna fácil a mobilização da boa vontade, filantropia e esforço pessoal por parte dessa comunidade politizada e próspera. Fora disso, porém, as opiniões divergem tanto entre os judeus dos EUA quanto entre outros americanos. É verdade que os judeus são super-representados entre os neoconservadores, quase todos favoráveis a Israel por razões ideológicas (por exemplo, William Kristol, Norman Podhoretz, Paul Wolfowitz, Richard Perle, Douglas Feith, Bernard Lewis). Porém, muitos “neocons” são não-judeus, como Francis Fukuyama, Jeane Kirkpatrick e Max Boot (ultimamente também Christopher Hitchens se juntou a eles, e não pode ser suspeito de simpatias sionistas).<sup>31</sup> Mas os judeus são também super-representados na esquerda velha e nova (Thomas Friedman, Paul Berman, Michael Walzer e anti-sionistas extremos, como Noam Chomsky, Tom Judt e Norman Finkelstein), além do neo-realismo centrista que Mearsheimer e Walt integram (Kissinger, Martin Kramer, Daniel Pipes). Na realidade, são super-representados em *todas* as correntes políticas, à exceção da Velha Direita anti-semita. Tal representação desproporcional também se encontra em muitos outros países: as razões são complexas, mas certamente não têm nada a ver com qualquer motivo conspiratório!

Os judeus não são, de longe, os únicos a promover Israel. Mearsheimer e Walt em grande parte ignoram os fundamentalistas protestantes e outros grupos não-judeus. Igrejas cristãs evangélicas nos EUA acreditam que o Segundo Advento do Cristo depende da conversão anterior dos judeus ao cristianismo, algo que só pode acontecer após a volta de todos os judeus para a Terra Santa. Essa teologia conduz alguns a posições políticas extremamente pró-israelenses (e não raramente islamo-fóbicas); e Israel não hesita em explorar essa simpatia. Os fundamentalistas cristãos são um componente crucial do Lobby de Israel.

O Lobby não é o único a negociar o campo minado Israel-Palestina. Há nos EUA entre 4 e 6 milhões de muçulmanos, sendo uma proporção significativa deles descendentes de imigrantes árabes, além de árabes cristãos. Muitos são prósperos e ativamente engajados na questão da Palestina ou no lobby árabe-americano. Organizações como o Conselho de Relações Islâmicas Americanas, o Instituto Americano Árabe, o Comitê Americano-Árabe de Anti-discriminação e outros agem contra o Lobby de Israel com um ponto de vista anti-sionista e pró-palestino, embora seu impacto seja bem menor. Judeus anti-sionistas são

[31] Christopher Hitchens, “Overstating Jewish Power: Mearsheimer and Walt give too much credit to the Israeli lobby”. *Slate*, 27 de março de 2006.

também ativos, assim como algumas igrejas cristãs críticas a Israel. Embora suas opiniões sejam opostas, tanto judeus quanto árabes se interessam pelo conflito no Oriente Médio; essa preocupação alimenta um interesse desproporcional dos veículos de comunicação.

Mearsheimer e Walt acusam o Lobby de Israel de manipular a mídia, apesar de aceitar que as reportagens sejam mais equilibradas do que certos editoriais. Porém, mesmo os comentários do *New York Times*, supostamente de tendência pró-sionista, são com frequência bastante críticos a práticas israelenses (o *Times* é às vezes considerado anti-semita em círculos do Likud). Eles também criticam os esforços do Lobby para “evitar que Israel seja criticado nos *campi* universitários”, embora admitam que o esforço “não foi tão bem-sucedido na academia quanto em Capitol Hill”.<sup>32</sup>

[32] p. 24.

Alguns *think tanks* aos quais Mearsheimer e Walt se referem (o Washington Institute for Near East Policy, a Heritage Foundation, entre outros) de fato assumem posições pró-israelenses. Mas centros de estudo e propaganda pró-árabes não ganham menor atenção da mídia. Os *campi* americanos são há tempos campos de batalha entre forças pró e anti-israelenses. O debate é vigoroso, até áspero, e não há sinais de que a crítica a Israel seja reprimida. Em termos de produção intelectual e ativismo estudantil, a tendência predominante parece antes favorecer os críticos de Israel — o que preocupa as forças pró-israelenses: será que a opinião dos alunos é termômetro para uma futura mudança, mais ampla, na opinião da sociedade?

É claro que grupelhos pró-Israel tais como o *Campus Watch* seguem de perto qualquer fala de professores pró-árabes, como o recém-falecido Edward Said, ou Rashid Khalidi e Joseph Mattar. Porém, a mesma tentativa de “policiar o pensamento” é dirigida a acadêmicos pró-Israel, como Alan Dershowitz, Daniel Pipes e Bernard Lewis. Mearsheimer e Walt têm provavelmente razão quando dizem que acusações de anti-semitismo são facilmente proclamadas pelos judeus. É uma arma eficaz, pois ninguém quer ser tachado de anti-semita. Mas rótulos como racista, fascista ou imperialista, às vezes usados por oradores pró-árabes, podem ser “silenciadores” igualmente efetivos. Terrorismo intelectual não adianta. Em ambos os lados, há métodos impróprios e abusivos para silenciar o outro. As comunidades judaicas, que incluem ainda milhares de sobreviventes do Holocausto, são compreensivelmente supersensíveis ao mais leve sintoma de anti-semitismo e propensas a reações defensivas exageradas. Muitos vêem Israel como o último refúgio e garantia de sobrevivência judaica e alguns têm dificuldade em distinguir entre a crítica a Israel, o anti-sionismo e o anti-semitismo, embora os três fenômenos sejam analiticamente distintos. A mesma confusão é comum entre israelófilos menos sofisticados, criando um círculo vicioso. Não esqueçamos que

o anti-semitismo na realidade está longe de ser extinto; a garantia de Mearsheimer e Walt de que está recuando na Europa não é confirmada pelos fatos.<sup>33</sup> Aqui Mearsheimer e Walt estão pouco fundamentados.

Na realidade, se o Lobby de Israel fosse realmente culpado de todas as coisas de que eles o acusam, provavelmente precisaria de mais funcionários do que a Casa Branca, Ministério do Exterior, Pentágono e Congresso juntos. Para lavar tão drástica e permanentemente o cérebro de milhões, teríamos de transformar o poder do Lobby numa conspiração onipresente — ou então duvidar da inteligência e força de vontade da maioria dos americanos: qualquer dessas pressuposições é ultrajante. É verdade que a opinião pública nos EUA costuma estar mal-informada sobre assuntos internacionais (por exemplo, a convicção popular, não provada, de que existiam ligações entre Saddam Hussein e Osama bin Laden). Também é verdade que o Lobby de Israel influencia o tom do discurso público sobre o conflito árabe-israelense — sendo provavelmente mais influente nessa área do que em decisões específicas<sup>34</sup> de política externa; ou seja, seu impacto é principalmente difuso, doméstico e ideológico. Mas, se as vozes pró-Israel conseguem ultrapassar as pró-árabes, o desequilíbrio não é exatamente ensurdecedor; sugerir que, apesar da extensa liberdade de expressão prevalente nos EUA, o Lobby de Israel pode impedir opiniões contrárias por controle de pensamento é incrível. Além disso, o potencial de *qualquer* lobby é inerentemente limitado: pode encorajar ou censurar, mas não ditar opiniões e, ainda menos, decisões. O consistente e quase-unânime apoio a Israel no Congresso e na grande maioria do público americano é sem dúvida estimulado e aplaudido pelos amigos de Israel e pode ser baseado em informações unilaterais. Mas talvez Clinton, Bush e todos esses Senadores e americanos “ingênuos” simplesmente acreditem nisso! Pode-se argumentar que a política americana no Oriente Médio superestima a necessidade da segurança de Israel em comparação à demanda árabe por justiça, ou é otimista demais ao acreditar que Israel optará pela rota da paz, ou é reticente demais ao exigir um preço político pela ajuda.<sup>35</sup> Em outras palavras, seria possível defender que suas posições simplesmente tornam os EUA inadequados no papel de “corretor honesto” (embora não haja outro corretor em vista). Mas não é preciso um “Lobby de Israel” para explicar o que no olhar dos críticos é uma abordagem errada. A responsabilidade por isso é dos políticos democraticamente eleitos. E os presidentes dos EUA, de Carter a Bush II, têm refletido em suas políticas para o Oriente Médio a preferência de seu eleitorado. Erros foram cometidos; porém um julgamento falível não significa que a maioria dos americanos careça de uma bússola moral.

Isso me leva ao que vejo como o maior engano de Mearsheimer e Walt: ao contrário do que argumentam, o alinhamento político dos EUA com Israel não está baseado numa percepção unilateral da reali-

[33] Ver “US State Department Report on Anti-Semitism: Europe and Eurasia”, 5 de janeiro de 2005. <http://usinfo.state.gov/eur/Archive/2005/Jan/05-93928.html>

[34] Rashid Khalidi e Tony Judt, “The Israel Lobby: Does it Have Too Much Influence on US Foreign Policy?”. Debate promovido pela *London Review of Books*, 10 de outubro de 2006.

[35] Avi Shlaim, “The lost steps”. *The Nation*, 12 de agosto de 2004.

[36] Ver entrevista com Abraham Ben-Tsvi em *Haaretz*, 19 de outubro de 2006: <http://www.haaretz.com/hasen/pages/rosnerGuest.jhtml?itemNo=775072>.

[37] Samuel Huntington, *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Touchstone, 1996, pp. 272-290.

[38] The PIPA/Knowledge Networks Poll, "What Kind of Foreign Policy Does the American Public Want?", p. 9. [http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/oct06/SecurityFP\\_Oct06\\_\\_rpt.pdf](http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/oct06/SecurityFP_Oct06__rpt.pdf)

[39] O Egito e a Jordânia assinaram acordo de paz com Israel; a OLP reconheceu sua existência como Estado e fez diversos acordos; a Liga Árabe propôs reconhecimento e paz em troca da retirada completa. Mas são atos políticos das elites árabes; com o passar do tempo, esmaecem. O recente terrorismo antiisraelense por islamistas e nacionalistas árabes extremos, reforçado pelas demonstrações beligerantes e conclamações à destruição de Israel, se fixa de forma mais duradoura nas percepções americanas. Correta ou incorretamente, a crescente intolerância a Israel no mundo muçulmano se associa facilmente, no entendimento de milhões de norte-americanos, ao terror antiocidental que ameaça a própria segurança dos EUA; pode também se misturar a preconceitos islamófobos.

dade israelo-palestina — unilateral, eles afirmam, em decorrência do controle do Lobby de Israel sobre órgãos de informação —, mas numa identificação emocional da maioria dos americanos com o Estado judeu. O ponto fundamental é que essa identificação se baseia em valores compartilhados, mais do que em interesses comuns. O que o Lobby de Israel faz é organizar e dar forma política às preferências já existentes da maioria dos cidadãos.<sup>36</sup> A consonância de valores explica o êxito de sua atuação. Na percepção norte-americana, ambos os países se desenvolveram a partir de comunidades de pioneiros idealistas e vítimas de perseguição, obrigados a sobreviver num ambiente novo, duro e hostil; os norte-americanos vêem ambas as sociedades à luz da tradição de acolher e dar amplas oportunidades a recém-chegados; ambos se entendem como democracias pluralistas num mundo cheio de ditadores agressivos; além do mais, para dezenas de milhões de americanos cristãos religiosos, Israel é também o lar do povo eleito de Deus, com uma missão religiosa para cumprir na terra — lembrando o chamado Bíblico ao povo judeu (reelaborado no sionismo clássico e soando agora bastante irônico) para se tornar uma “luz para as nações”. Se adicionarmos a todas essas semelhanças a experiência que milhões de americanos tiveram através do turismo em Israel e as amizades interpaisés, a “relação especial” pode ser entendida como a expressão de um “agrupamento civilizacional”.<sup>37</sup> O conceito nem sempre tem o poder que Huntington lhe atribui, mas parece bastante adequado para a relação EUA-Israel. A rejeição ao extremismo e terrorismo árabe ou muçulmano reforça os sentimentos de solidariedade para com o “coitadinho” (Mearsheimer e Walt podem zombar desse moralismo sentimental, porém, o apoio aos palestinos, na medida em que está presente, é baseado em reflexos semelhantes de proteger o oprimido e a vítima). Recentemente, Israel chegou a *também* ser visto como um aliado, aliás muito experiente, na “guerra contra o terror”. A tradicional falta de interesse do público norte-americano em questões internacionais desapareceu depois do 11 de setembro. O sentimento em relação ao mesmo inimigo letal estimula a empatia. Há uma percepção de que a condição geopolítica de Israel se assemelha à dos próprios EUA, até mesmo quando seus interesses geopolíticos de curto prazo não necessariamente coincidem. O público americano não se mostra avesso a que os EUA apliquem mais pressão sobre *ambos* os lados para superar o conflito.<sup>38</sup> Porém, enquanto Israel for visto como disposto a pagar um preço razoável pela paz, e o outro lado como pouco disposto a aceitar mesmo a existência de Israel, imagino que um comprometimento com a justiça manterá os EUA ao lado de Israel apesar de sua inconveniência política.<sup>39</sup>

Se é assim, por que os EUA estiveram distantes de Israel nos anos 1950? A relação especial (e o Lobby) só cresceu após 1967, depois da

ocupação por Israel dos territórios que, na visão de Mearsheimer e Walt, prejudicam os interesses dos EUA. A diferença pode ter a ver com um medo residual do socialismo e da nostalgia pró-soviética dos sionistas durante a Guerra Fria; além do mais, Israel desfrutava então de uma latitude mais ampla, jogando com várias potências. É inegável que quanto mais Israel ficou isolado, mais os EUA lhe estenderam sua guarda protetora. Uma causa pode ter sido a democratização da sociedade americana, que por fim também atingiu a esfera das relações exteriores. Até os anos 1950, a política estava sob o domínio dos WASP (*White anglo-saxon protestants*). A emancipação e a entrada de católicos, negros, judeus, etc, estava apenas começando nos anos 1950 e 1960. Roosevelt, por exemplo, apesar da visão social transformadora e dos instintos antifascistas, era impermeável aos interesses judeus. Sob Truman e Eisenhower, a política para o Oriente Médio estava ainda nas mãos de arabistas profissionais, interessados em petróleo e anti-páticos ao sionismo. Isto tem mudado gradualmente a favor de Israel.

Como bons realistas, os autores supõem que a política externa seja movida por interesses nacionais. Porém, motivos idealistas se intrometem periodicamente. Pesquisas de opinião mostram que o público norte-americano prefere uma política externa não realista, movida por valores morais. Assim como nos países escandinavos, na Holanda e talvez na Alemanha do pós-guerra (e em contraste, por exemplo, com a Rússia), a maioria do público norte-americano não aceita o preceito de que a atuação internacional de seu país deva ser guiada por interesses egoístas. Os autores presumem que a doutrinação pelo Lobby de Israel é o que impede a população norte-americana de formar uma opinião “melhor” (isto é, mais crítica) sobre Israel. Mas é provável que as posições do governo estadunidense no que diz respeito a Israel e à Palestina (até agora muito amplamente apoiadas pelo público) pouco mudariam sem o Lobby.

Se fosse tão fácil, quanto Mearsheimer e Walt sugerem, para “um agente *de facto* de um governo estrangeiro”<sup>40</sup> moldar a política externa de um Estado soberano, por que não há um Lobby de Israel na França ou Inglaterra (onde Tony Blair compartilha muitas das posições geopolíticas de Bush, menos na questão Palestina)? Pelo mesmo raciocínio, também a Alemanha poderia, em razão de seu passado, ser facilmente induzida a manter o passo com os EUA em sua posição pró-Israel. Mas não o faz. Se o Lobby de Israel fosse eficaz graças à presença de uma diáspora judaica ativa e simpática a Israel, existiriam lobbies equivalentes na França e talvez na Rússia. Não é o caso. A diferença pode se explicar pelo caráter mais aberto e pluralista da política externa americana comparada à de países europeus (e, presumivelmente, do Brasil). O mesmo pluralismo a torna também mais aberta às pressões contrárias (por exemplo, de americanos árabes). A hege-

[40] p.18.

monia ideológica nunca é incontestável. Na verdade, a contestação já começou há algum tempo. Com os desastres se acumulando no Iraque, Irã, Líbano e alhures, há motivos para que cresça ainda mais.

#### **IRAQUE: ALEGAÇÃO NÃO COMPROVADA**

Uma das afirmações mais mirabolantes de Mearsheimer e Walt sustenta que o Lobby de Israel levou os EUA à Guerra do Iraque. Segundo eles, o Lobby seqüestrou a política dos EUA para o Oriente Médio e criou uma guerra que serviria não a propósitos americanos, mas israelenses. Mearsheimer e Walt também dizem que o mesmo Lobby pressiona agora por um ataque contra o Irã, o que, advertem, seria até pior para os interesses americanos, pois inflamaria ainda mais a opinião pública árabe e muçulmana.

Para fortalecer a afirmação sobre o Iraque, Mearsheimer e Walt apontam, em primeiro lugar, uma série de falas de líderes israelenses (e sinais de entusiasmo na imprensa israelense) clamando por uma guerra dos EUA contra o Iraque; em segundo, ligações entre os “neocons” pró-guerra nos EUA e Israel. Ambas as afirmações devem ser qualificadas. Assim como a opinião pública americana em geral e a comunidade judaica nos EUA, também a opinião israelense estava dividida quanto à guerra. Havia nervosismo sobre o suposto arsenal de armas de destruição em massa de Saddam Hussein, motivado por suas ameaças e ataques contra Israel em 1990 e 1991 e pelo histórico de uso de armas químicas na guerra contra o Irã e contra sua própria população civil curda. Contudo, houve também um longo debate na elite de segurança israelense sobre quem seria o inimigo mais perigoso para Israel: Irã ou Iraque? Muitos apontaram o Irã como risco maior, uma vez que o Iraque de Saddam permaneceu mais ou menos contido depois de 1991. Além disso, havia o medo de que o extremismo religioso islâmico fosse mais intransigente do que o nacionalismo árabe. Uma guerra preventiva contra Saddam poderia complicar ou tornar inviável um futuro conflito com um Irã dotado de bomba nuclear, liderado por radicais que odeiam Israel.<sup>41</sup> (Este parece ser o rumo que as coisas estão tomando agora). Forçada pelo duro ambiente do Oriente Médio, a política externa de Israel é mais realista do que a americana. Os israelenses foram e são céticos quanto ao efeito da campanha de democratização que os “neocons” esperavam desencadear no Oriente Médio. Temem que eleições possam alçar ao poder movimentos islamistas populares ainda mais perigosos para Israel do que ditadores corruptos. Dizer que Israel ou seu Lobby induziram a guerra, portanto, está muito longe da verdade. Isso não significa que não tenha havido entusiasmo em Israel com a perspectiva de eliminar Saddam, ou mesmo o devaneio de que um tsunami de mudanças positivas trans-

[41] Martin Kramer, “Sandstorm: Israel and the Iraq War”, 12 de abril de 2006. [http://www.geocities.com/martinkramerorg/2006\\_\\_04\\_\\_12.htm](http://www.geocities.com/martinkramerorg/2006__04__12.htm).

formaria o Oriente Médio depois da destruição do potencial agressivo do Iraque.<sup>42</sup> Considerando o consenso entre os serviços de inteligência americano, israelense, francês e russo em 2002 e 2003 sobre a existência de armas de destruição em massa no Iraque, não invadi-lo teria sido a decisão mais irresponsável. Mesmo não tendo participado, Israel mais ou menos paralisou sua economia durante a guerra por medo de retaliações iraquianas, tal como em 1991.

Dentro dos EUA, os que preconizavam a invasão do Iraque eram um grupo maior do que o Lobby de Israel. Inclui árabes e muçulmanos como Kanan Makiya, Fouad Ajami, Michael Maloof, Ahmed Chalabi e Zalmay Khalilzad. Existe uma sobreposição parcial entre os “neocons” americanos e lobistas pró-Israel (Feith, por exemplo). Mas tal correlação não prova que o Lobby tenha causado a guerra. A maioria dos “neocons” não tem pessoalmente nada a ver com Israel. “Neocons” acreditam em “tornar o mundo seguro para a democracia”, projeto com nuances protestantes, kantianas e wilsonianas; a política externa israelense, por sua vez, é baseada num prisma amargo, implicitamente realista, de um mundo hostil, predominantemente anti-semita, onde todo o poder emana do cano do fuzil. Os “neocons” acreditam que a expansão de “valores americanos” (valores da modernidade que surgiram primeiro no ocidente, mas são vistos como universalizáveis: democracia, direitos humanos, paz internacional, etc.) tornará as sociedades do Oriente Médio menos extremistas e diminuirá a atração exercida pelo terrorismo; eles vêem isso como um fator crítico para tornar os EUA mais seguros e querem usar o poder dos EUA “para o bem comum” da humanidade. A maioria dos políticos israelenses não compartilha esse otimismo. “Neocons” como Wolfowitz aplaudiram a intervenção da Otan em Kosovo, em 1998, para proteger uma população muçulmana albanesa contra Milosevic; Israel manteve uma linha cautelosamente pró-Sérvia. Além do quê, muitos “neocons” são neoliberais ao extremo, assunto de importância secundária no Oriente Médio. Tendo sofrido na própria carne, israelenses vêem o terrorismo como ameaça principal; Netanyahu não é o único a deplorar a ausência de um esforço concertado internacional para eliminar o terrorismo; e naturalmente os israelenses são sensíveis a qualquer sinal de apaziguamento. Mas poucos acharam que Saddam Hussein estivesse por trás do 11 de setembro.

Já em 1998, um grupo de americanos incluindo Elliott Abrams, Francis Fukuyama, Robert Kagan, William Kristol e Paul Wolfowitz solicitaram que Clinton depusesse Saddam Hussein.<sup>43</sup> Mas a pressão neoconservadora não foi suficiente para provocar a desejada invasão. Em 2001, o novo governo Bush não era intervencionista: tentava diferenciar-se do que via como o idealismo *nation-building* criticável dos democratas, e desengajou-se visivelmente do processo de paz árabe-

[42] “(...) desde que os líderes de Israel perceberam que o governo Bush falava absolutamente a sério sobre o afastamento de Saddam, eles entraram no trem. Os políticos israelenses integraram o coro e a elite de segurança israelense entrou na fila.” Kramer, *op. cit.*

[43] <http://www.newamericancentury.org/iraqclintonletter.htm>.

israelense. Também não havia, ao tempo dos ataques de Bin Laden, muitos soldados americanos na Arábia Saudita. Como Mearsheimer e Walt confirmam, somente após o 11 de setembro Bush tornou-se favorável à guerra. Não é segredo que sua família mantinha estreitas relações com membros da elite saudita, que depois de 1990 tem muito mais contas a acertar com os iraquianos do que Israel. Observar que Bush, Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Colin Powell e Condoleezza Rice mudaram de opinião depois do 11 de setembro não significa que fossem vítimas indefesas de algum incansável lobby israelense. Os EUA tinham muitas razões para invadir o Iraque, e a preocupação com a segurança de Israel pode ter sido um motivo secundário. Mearsheimer e Walt não conseguem demonstrar que foi o principal. Mas “a derrota é órfã”: culpar um fator externo pela atual crise dos EUA no Oriente Médio é conveniente...<sup>44</sup>

[44] Norman Finkelstein, “It’s not either/or”. *Counterpunch*, 1 de maio de 2006. <http://www.counterpunch.org/finkelsteino5012006.html>.

Mearsheimer e Walt repetem uma linha bastante atual, que responsabiliza a política americana no Oriente Médio, com suas invasões do Afeganistão, Iraque e a “exportação da democracia”, pelo terror islamista. “A tentativa do governo Bush de transformar a região numa comunidade de democracias ajudou a produzir uma insurgência resistente no Iraque, uma violenta elevação nos preços mundiais do petróleo e ataques terroristas em Madri, Londres e Amã.”<sup>45</sup> Isso vira as coisas de ponta-cabeça. Até 2001, os EUA estavam basicamente fazendo o prescrito por neo-realistas como Mearsheimer e Walt. Foi o terrorismo islamista que os fez mudar a estratégia. Até os anos 1990, a política americana no Oriente Médio era amplamente baseada no equilíbrio de poder. Após o fim da Guerra Fria, a prioridade da estabilidade sobre a justiça fica clara no modo como os EUA encerraram a guerra do Golfo, em 1991: George H. Bush chamou os curdos e xiitas para protestar contra Saddam Hussein e depois permitiu a este massacrar as revoltas: ante o perigo de desestabilização e uma possível fragmentação do Iraque, era preferível a continuação da ditadura enfraquecida de Saddam.<sup>46</sup> Clinton acrescentou uma dose de idealismo a seus esforços pela paz entre Israel e Palestina, mas no geral os EUA mantiveram o apoio a aliados repugnantes, como os monarcas absolutistas sauditas, Hosni Mubarak, do Egito, e os emires kuwaitiano e do Golfo; somente contra o Irã e o Iraque foi conduzida a malsucedida política de “contenção dupla”. Nem Clinton nem Bush II prestaram muita atenção ao terrorismo islamista, até que os EUA foram atacados de maneira traumática e sem precedentes. Realistas com foco no Estado não tinham explicações nem recomendações políticas a oferecer em face da virulência e efetividade do súbito terror empreendido por um ator não-estado e movido por ideologia. Já os neoconservadores tinham diagnóstico e terapia: era a vez deles. É possível que as intervenções americanas tenham criado um mecanismo de *feedback* negativo, no

[45] p. 1.

[46] Foram necessários a fuga maciça dos curdos para a Turquia e o risco concomitante de desestabilização regional para que a ONU chegasse a proteger os “safe havens” em 1991.

qual a reação ao terror cria e legítima mais terror islamista antiocidental (a Al-Qaeda parece dar boas vindas ao potencial radicalizante da “agressão dos cruzados e judeus”). Mas isso é diferente de identificar a reação como causa básica. É bem possível que a causa da atual bagunça não tenha sido o fato em si de eliminar tiranos odiosos, mas a maneira como a operação foi executada.

Mearsheimer e Walt também foram atacados de uma direção inesperada, a extrema esquerda, ao subestimar o fator petróleo como gerador da guerra do Iraque. Noam Chomsky e Stephen Zunes, por exemplo, os acusaram de subestimar o impacto militarista dos interesses petrolíferos.<sup>47</sup> Permitir acesso e fornecer petróleo a preços acessíveis é sem dúvida um interesse chave do ocidente (até mais europeu e japonês do que norte-americano). Contudo, não havia risco de falta de petróleo antes da invasão, e o Iraque teve papel secundário no que foi uma guerra movida por geopolítica e ideologia. A acusação a grupos de interesse econômico reforça a fantasia conspiratória de Chomsky sobre a ação dos EUA no mundo e não deve ser levada ao pé da letra. Mas seria loucura negar que a política norte-americana para o Oriente Médio seja produto de fatores diversos: Mearsheimer e Walt focalizam um único — o Lobby de Israel, negligenciando todos os outros.

Os autores estão mais bem fundamentados quando acusam vozes a favor de Israel de pressionar o governo Bush para uma postura mais ativa contra a Síria e o Irã. Eles também acreditam que um Irã com bomba nuclear não é uma ameaça para os EUA ou Israel. Ocorre que o Lobby de Israel não é o único ou mais forte elemento a se preocupar com o Irã: a IAEA, França e Alemanha não estão menos alarmados, pois um Irã nuclear dedicado à hegemonia regional, controle de petróleo e choque de civilizações não vai ameaçar apenas Israel. Se Israel tentou forçar uma guerra, seus esforços não geraram frutos e parecem ilustrar antes os limites do Lobby do que sua onipotência. Mearsheimer e Walt declaram que “Irã e EUA dificilmente seriam aliados se o Lobby de Israel não existisse, mas a política americana seria mais moderada e a guerra preventiva não seria uma opção séria”.<sup>48</sup> Mas quando foi uma opção séria?

Não é correto definir as relações entre Israel e EUA como se um fosse uma marionete nas mãos do outro. A maioria dos norte-americanos apóia Israel. E a grande maioria em Israel apóia a aliança com os EUA, pois em vista do que é percebido como ameaça, contar com um amigo forte não é exatamente uma escolha. Israel é o cliente, e muitas vezes mais dependente da superpotência do que o oposto, pois simplesmente não tem alternativa para suas necessidades militares e apoio político. Os EUA, por outro lado, poderiam se desvincular do inconveniente protegido sem colocar em risco os interesses nacionais. O fato de ser possível discutir, como Mearsheimer e Walt fazem, se o

[47] Noam Chomsky, “The Israel Lobby?”. *ZNet*, 6 de março de 2006 (<http://www.zmag.org/content/showarticle.cfm?ItemID=9999>); Stephen Zunes, “The Israel Lobby: How Powerful is it Really?”. *Foreign Policy in Focus*, 16 de maio de 2006 (<http://www.fpiif.org/fpiftxt/3270>).

[48] p. 39.

apoio incondicional a Israel é desfavorável aos EUA, já define a relação como oposta à doutrina realista.

O apoio americano convém aos interesses de Israel no longo prazo? Mearsheimer e Walt negam. O apoio cego a políticas direitistas como a colonização da Cisjordânia também é ruim para Israel, pois não fosse o suporte americano, Israel teria aceitado mais oportunidades para fazer a paz. É razoável supor que, ao negar direitos políticos aos palestinos, Israel não se tornou mais seguro e contribuiu para tornar os inimigos mais extremistas. Israel precisa mais da paz e do reconhecimento que o lado árabe. Mas sua disposição para assumir riscos pela paz é condicionada à existência de uma crença recíproca de que a paz é desejável e alcançável se forem dados os passos corretos. Pode Israel ser acusado unilateralmente pelo desaparecimento dessa esperança? Mearsheimer e Walt também acreditam que a paz com a Síria e a implementação total dos acordos de Oslo teriam sido possíveis não fosse a amizade entre EUA e Israel. Isso parece exagerar as possibilidades da política externa americana. A oposição dos EUA aos assentamentos foi declarada freqüente e enfaticamente, sem resultado. Mearsheimer e Walt acreditam que uma política americana mais assertiva poderia ter impedido Israel de continuar construindo. Meus estudos da política de assentamentos de Israel apontam na direção contrária: essa colonização é um processo interno e só marginalmente influenciado por fatores internacionais.<sup>49</sup> De qualquer forma, mesmo uma potência amiga dificilmente convenceria o governo e o eleitorado israelenses se não houver certeza quanto às intenções árabes. O governo do Likud (1996-1999) tem uma parcela de responsabilidade pelo fracasso do processo de Oslo. Contudo, a evaporação da confiança, ainda que limitada, após 1999 parece-me ser mais responsabilidade do Hamas, Hizbollah e seus aliados árabes do que de Israel. Ainda que uma consistente maioria israelense apóie a idéia da partilha e de um Estado palestino, um profundo pessimismo quanto à paz negociada está agora enraizado. Israel não cederá a pressões estrangeiras mais do que o lado árabe. Afinal, a não ser que haja uma guerra catastrófica, transformações em conflitos étnico-religiosos prolongados somente podem vir de dentro para fora. A mediação externa pode ser indispensável para que ambos os lados superem suas reticências; por outro lado, as condenações e sanções que expressariam uma política para o Oriente Médio mais “equilibrada”, tal como esperam Mearsheimer e Walt, apenas causarão — pode-se prever com confiança — a reação oposta. Será que uma política americana mais punitiva *vis-à-vis* Israel conseguiria estimular fatores árabes e muçulmanos que querem destruir e tornar Israel mais desmoralizado, medroso, agressivo e pronto a lançar uma guerra regional preventiva? Extremistas de ambos os lados esperam por isso.

[49] Peter Demant, “A Colonização Israelense nos Territórios Palestinos Ocupados, 1974-1977”. *Revista de História Contemporânea* 4, novembro de 2003, pp.74-92; Cf. Gershom Gorenberg, *The accidental empire*. New York: Times Books, 2006. Shlomo Ben-Ami sugere que os EUA hesitaram em aplicar pressão mais forte não por causa de qualquer lobby, mas porque os estadistas americanos supunham que isso poderia gerar uma crise em Israel, afetando sua disposição para fazer concessões mais substanciais nos estágios posteriores e decisivos do processo de paz.

É plausível argumentar que o terrorismo islamista foi *desenhado* e cronometrado para prejudicar os passos em direção à paz árabe-israelense, mais do que para protestar pela demora. Nem Hamas, Al-Qaeda, Hizbollah ou Irã consideram desejável a paz com Israel: todos dizem abertamente que querem sua destruição e aceitam a violência maciça, inclusive massas de vítimas árabes e muçulmanas, como um preço aceitável. Esse programa seria obviamente uma calamidade para toda a região. Não fica claro como tal cenário poderia servir aos interesses americanos.

## CONCLUSÃO

O apoio americano a Israel não ficará necessariamente em seu nível atual. A rejeição popular contra a guerra do Iraque poderia gerar uma reação adversa, assim como a eleição de um presidente mais crítico a Israel. Não quero afirmar que a relação especial seja inatacável, mas ela é no máximo *cultivada* pelo Lobby de Israel e *não* por ele criada. A relação está fundamentada em valores compartilhados pela maioria dos cidadãos norte-americanos. Se uma profunda mudança ocorresse nas atitudes americanas em relação ao Oriente Médio, nenhum lobby pró-Israel o salvaria.<sup>50</sup>

O artigo de Mearsheimer e Walt é anti-semita como alguns proclamam? Eu não acho. Não há necessidade de impugnar a integridade de autores que não têm precedentes anti-semitas. Eles repetidamente enfatizam o direito à existência de Israel e a legitimidade do Lobby. Também não dizem que o Lobby é idêntico à comunidade judaica, todo-poderoso ou monolítico. Contudo, para além dos numerosos erros factuais e raciocínio tendencioso, sua formulação nesse terreno supersensível é pouco cuidadosa. A sugestão de uma conspiração judaica, a não dita, porém inquestionável acusação de dupla lealdade judaica, o uso de Israel e do Lobby de Israel como bode expiatório para as falhas americanas no Oriente Médio — todos estão ali e servem ao clássico repertório racista. O líder da Ku Klux Klan e ex-congressista David Duke valeu-se do artigo em apoio a suas idéias anti-semitas; Mearsheimer e Walt parecem sinceramente horrorizados por esse mau uso. Contudo, se eles se sentem mal compreendidos, é porque deram muita abertura para isso. Mearsheimer apoiou Israel antes de “converter-se” à postura anti-israelense por meio das leituras dos “novos historiadores”, como Morris, Avi Shlaim e Ilan Pappé. Trata-se de um viés de leitura bastante seletivo. Apesar do realismo frio e da rejeição à moralidade nas relações internacionais, os autores não parecem imunes à necessidade psicológica de identificação com o lado bom, rejeitando o lado mau em conflitos complexos que não permitem moralização fácil e onde ambos os lados têm fortes argumentos

[50] De acordo com uma pesquisa da Zogby International, publicada em 10 de outubro de 2006, quase 40 % dos eleitores norte-americanos acreditam que o Lobby de Israel é pelo menos parcialmente responsável pela invasão dos EUA no Iraque: <http://www.cnionline.org/learn/polls/czandlobby/X-CNI.pdf>.

morais. Precisamos de compaixão e de uma mão amiga mais do que de falsos moralismos unilaterais. Mearsheimer e Walt justificam a publicação do artigo pelo desejo de livrar os EUA de um abominável tabu público. Desconfio que haja outro: irritação com a ineficácia da capacidade explicativa e preditiva de sua ferramenta teórica, o neo-realismo, e a crença de que mesmo valores profundamente arraigados são em última instância gerados ou mantidos externamente. Em outras palavras: eles precisam se agarrar à supremacia de fatores externos na formação da política internacional. Por ora, essa relação especial turbinada por valores éticos e culturais parece mais forte do que qualquer cálculo estratégico frio. É uma pena que a análise de Mearsheimer e Walt seja prejudicada por tantas falhas, pois a essência da tese suscita questões dignas de discussão. Assumir que a excessiva proximidade no alinhamento da política externa americana com Israel é prejudicial a ambos é uma posição defensável (mas na minha opinião errônea). Afirmar que esse alinhamento resulta das maquinações do Lobby de Israel é amplamente exagerado.

---

Recebido para publicação  
em 30 de outubro de 2006.

**NOVOS ESTUDOS**

CEBRAP

76, novembro 2006

pp. 75-101

---

---

PETER DEMANT, historiador especialista em Oriente Médio, doutor pela Universidade de Amsterdã, é professor de relações internacionais na USP e autor de, entre outras obras, *O mundo muçulmano* (Contexto, 2004).